



# **ANÁLISE DAS NORMATIVAS E LEGISLAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE RECIFE: UMA ABORDAGEM DE BOAS PRÁTICAS EM REDAÇÃO NORMATIVA EM SAÚDE.**

## **Autores:**

Carla Alessandra Moura de Azevedo, carlalessandr@gmail.com  
Jéssica Emelyn dos Santos Gaudencio, jemelyn.11.js@gmail.com  
Maria Claudia Ribeiro Agra, claudia.agra.vs@gmail.com  
Rosely Kalil de Freitas Castro Carrari de Amorim,  
roselykalil@alumni.usp.br  
Tiago Vinicius Carneiro Marques, tiagovcmarques@gmail.com

**Orientador: José Rafael Cutrim Costa**

## **DISCUSSÃO**

A análise tem evidenciado aspectos notáveis na produção normativa em saúde no município do Recife. Observamos inovações significativas na legislação sanitária, incluindo o avanço de procedimentos, como o Licenciamento Sanitário de forma digital, o que requer que hajam atualizações de regulamentações. Houve uma revisão abrangente na classificação de atividades consideradas de baixo risco, bem como a exigência de certificação da vigilância sanitária para setores econômicos específicos. A análise que o grupo vem realizando sobre as normativas e legislações vigentes tem demonstrado, em comparação à lista de itens, em conformidade com os Requisitos Técnicos em Boas Práticas em Redação Normativa em Saúde, da FioCruz, onde, tem-se observado o não segmento de todas as normativas na publicação da legislação. Acreditamos que no decorrer do processo, poderemos observar o impacto da Educação Permanente em Saúde, no que tange à elaboração de normas técnicas e regulamentos, de modo a corresponder ao padrão normativo de redação em saúde, reduzindo assim seus desvios e moldando um melhor entendimento e precisão das informações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo enfatiza o compromisso contínuo com a adaptação e modernização da produção normativa em saúde no município do Recife. As inovações na legislação sanitária refletem a busca pela eficácia da regulação sanitária em um ambiente em constante evolução. Vale ressaltar que o processo de aprimoramento está em curso, e seu impacto total será avaliado à medida que novos procedimentos e normas sejam implementados.

## **REFERÊNCIAS**

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: metodologia adaptada para aplicação no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Acesso 22 mai 2023. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao\\_impacto\\_saude\\_ais\\_metodologia.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao_impacto_saude_ais_metodologia.pdf)>.

ANVISA. Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para melhoria da qualidade regulatória na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Delgado JS. Regulação sanitária: atribuição da agência nacional de vigilância sanitária em prol da saúde pública. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 6, n. 12, p. 107-119. 2015. Acesso em: 03 jun 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesarrollo/article/view/291/273>>.